



Frente **PARLAMENTAR**
pela Valorização do Setor
SUCROENERGÉTICO

Ofício nº 104/2020-FPVS

Brasília, 03 de Julho de 2020.

Ao Exmo. Senhor
Almirante **Bento Albuquerque**
Digníssimo Ministro de Estado de Minas e Energia; e
Presidente do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE

Ref.: Consulta Pública Nº 94, de 05 de junho de 2020, propostas referentes ao terceiro ciclo das metas anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para a comercialização de combustíveis referente ao decênio 2021-2030

Excelentíssimo Senhor,

A Frente Parlamentar Mista pela Valorização do Setor Sucroenergético é uma iniciativa suprapartidária, composta por parlamentares de todos os estados da federação, cujo propósito é o de mobilizar e de somar esforços no Congresso Nacional para discutir e propor medidas e políticas públicas que garantam a estabilidade e a previsibilidade do setor sucroenergético.

Coordeno a Frente Parlamentar Mista pela Valorização do Setor Sucroenergético e tenho a incumbência de coordenar a Biocoalção, uma [coalizão pró-biocombustíveis](#), que congrega frentes parlamentares e entidades dos setores do etanol, do biodiesel, do biogás e do bioquerosene, todos em defesa do aumento da participação dos biocombustíveis na matriz de transporte do Brasil.

Depois de tomarmos conhecimento da Consulta Pública Nº 94, de 05 de junho de 2020, e de realizarmos reuniões com os diversas entidades e deputados que integram as frentes parlamentares, vimos, pela presente,



Frente **PARLAMENTAR**
pela Valorização do Setor
SUCROENERGÉTICO

manifestar relativamente sobre a proposta de redução das metas compulsórias anuais do RenovaBio.

A Política Nacional de Biocombustíveis, ou RenovaBio, é uma vitória do povo brasileiro. No esforço mundial para conter o aumento da temperatura média global, conseguimos aprovar, em 2015, o Acordo de Paris, que impôs, aos países membros, metas de redução de emissões de gases de efeito estufa – GEE..

O Brasil, ao ratificar os termos do acordo, comprometeu-se em reduzir, até 2025, as emissões de GEE em 37%, e até 2030, em 43%. Com esse objetivo, instituímos o RenovaBio - um programa de incentivo ao aumento da participação dos biocombustíveis na matriz brasileira de transportes. O programa prevê a redução, ao longo de 10 anos, do percentual de carbono no combustível comercializado no País, por meio da substituição gradual de combustível fóssil por biocombustíveis.

O modelo do RenovaBio é inovador e tem por base a criação dos Créditos de Descarbonização - Cbio, que serão emitidos por produtores e importadores de biocombustíveis, e as metas anuais de descarbonização.

O principal instrumento do RenovaBio é, sem sombra de dúvida, o estabelecimento de metas compulsórias anuais de descarbonização, a serem cumpridas pelo setor de distribuição de combustíveis. Por meio delas será possível:

- Fornecer uma importante contribuição para o cumprimento dos compromissos determinados pelo Brasil no âmbito do Acordo de Paris;
- Promover a adequada expansão dos biocombustíveis na matriz energética, com ênfase na regularidade do abastecimento de combustíveis; e



Frente **PARLAMENTAR**
pela Valorização do Setor
SUCROENERGÉTICO

- Induzir a redução de emissões de gases causadores do efeito estufa na produção, comercialização e uso de biocombustíveis.

As metas nacionais de redução de emissões para a matriz de combustíveis foram definidas, para o período de 2019 a 2029, por Resolução CNPE nº 15, de 24 de junho de 2019, conforme tabela 1.

Ano	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Meta anual (milhões de CBIOS)	16,8	28,7	41,0	49,8	59,6	66,9	73,3	79,5	85,1	90,1	95,5
Intervalos de tolerância	-	-	45,5	54,3	64,1	71,4	77,8	84,0	89,6	94,6	100,0
	-	-	36,5	45,3	55,1	62,4	68,8	75,0	80,6	85,6	91,0

Tabela 1 – Metas compulsórias anuais – RenovaBio (por Resolução CNPE nº 15, de 24 de junho de 2019)

Os números mostram que a maior oferta de etanol, por exemplo, contribui decisivamente para redução dos gastos com saúde pública decorrentes de problemas respiratórios. Estima-se que o consumo do biocombustível nas oito principais regiões metropolitanas do Brasil é responsável pela redução de 11,66% nas internações hospitalares e de 6,77 % na taxa de mortalidade. A capital paulista, por exemplo, que ocupa a 74ª posição entre as cidades mais poluídas do mundo, possui uma qualidade do ar melhor do que há 30 anos. Tudo graças aos biocombustíveis.

No dia 5 de junho, o Ministério de Minas e Energia (MME) e o Conselho Nacional de Política Energética - CNPE abriram consulta pública para as propostas referentes ao terceiro ciclo das metas anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para a comercialização de combustíveis referente ao decênio 2021-2030 e à revisão das metas estabelecidas para o ano de 2020 em função dos impactos da pandemia de COVID-19.

Segundo a proposta, a meta para 2020 seria reduzida de 28,7 milhões para 14,53 milhões de créditos de descarbonização (CBios), ou seja, trata-se de



Frente **PARLAMENTAR**
pela Valorização do Setor
SUCROENERGÉTICO

uma diminuição de quase 50% em relação ao valor atualmente em vigor. Em relação a 2021, a queda é de 40%, passando de 41 milhões para 24,86 milhões de CBios. As metas entre 2022 e 2030 também foram reduzidas, conforme tabela 2

RenovaBio 3º Ciclo	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
RenovaBio 3º Ciclo	14,53	24,86	34,17	42,35	50,81	58,91	66,49	72,93	79,29	85,51	90,67
IC	72,57	72,23	71,56	71,29	71,51	71,46	69,96	68,73	67,67	66,67	66,04
Limite Superior			42,67	50,85	59,31	67,41	74,99	81,43	87,79	94,01	99,17
Limite Inferior			25,67	33,85	42,31	50,41	57,99	64,43	70,79	77,01	82,17

Tabela 2 – Novas metas compulsórias anuais (Ata Reunião de 22/05/2020 – Comitê RenovaBio)

Inicialmente, gostaríamos de manifestar a nosso entendimento de que, diante do colapso na receita das empresas e na renda das famílias causados pela pandemia do covid-19, é necessário ajustes nas metas compulsórias anuais de descarbonização, entretanto, para o setor, a redução proposta deve obrigatoriamente guardar proporcionalidade com a redução do consumo de combustíveis. Senão vejamos:

Se condensarmos os dados da tabela 1 e 2, podemos observar, no gráfico 1, o deslocamento da curva de descarbonização.

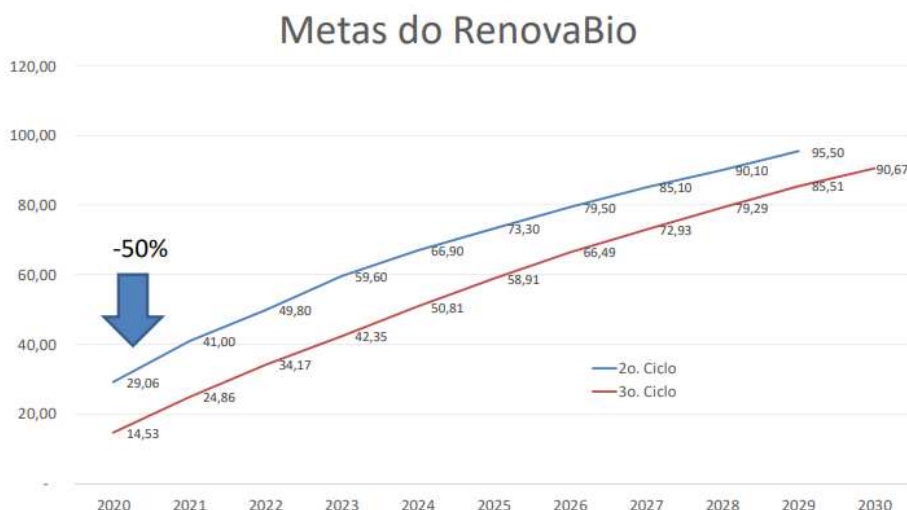


Gráfico 1 - DATAGRO 23/jun/20



Frente **PARLAMENTAR**
pela Valorização do Setor
SUCROENERGÉTICO

Como vimos, a redução para o ano de 2020 é de quase 50% da meta prevista. Segundo a NOTA TÉCNICA Nº 29/2020/DBIO/SPG, “é notória a queda da demanda por combustíveis a partir das medidas de combate à pandemia que se encontram em vigor”, o que justificaria uma redução tão drástica.

Entretanto, de acordo com os dados da Agência Nacional do Petróleo sobre o consumo real nos meses de janeiro – maio e o consumo estimado nos meses de junho – dezembro, tabela 3 e 4, a redução no consumo será bem menor do que o cenário traçado pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE.

Consumo de Combustíveis no Brasil				
Variação Mês-a-Mês 2020/2019				
Mês	AEHC	Gas C	Ciclo Otto	Diesel
Jan	2,2%	1,3%	1,6%	0,9%
Fev	2,5%	4,3%	3,8%	3,2%
Mar	-15,8%	-13,3%	-14,0%	3,4%
Abr	-33,5%	-28,5%	-29,9%	-13,9%
Mai	-32,1%	-20,4%	-23,9%	-9,1%
Jun	-28,0%	-18,0%	-20,9%	-3,0%
Jul	-26,0%	-16,0%	-18,9%	-2,0%
Ago	-25,0%	-15,0%	-17,9%	-1,0%
Set	-24,0%	-14,0%	-17,0%	-1,0%
Out	-23,0%	-13,0%	-16,0%	-1,0%
Nov	-22,0%	-12,0%	-15,0%	0,0%
Dez	-20,0%	-12,0%	-14,4%	0,0%
Jan-Mai	-15,5%	-11,6%	-12,7%	-3,3%
Jan-Dez	-20,5%	-13,1%	-15,3%	-2,0%

Dados estimados.

Tabela 3 – Agência Nacional de Petróleo – ANP

Consumo de Combustíveis no Brasil (em metros cúbicos)								
Mês	AEHC		Gasolina C		Ciclo Otto (exceto GNC)		Diesel	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020
	22.544.050	14.245.654	38.165.037	26.901.142	53.945.872	36.873.100	57.298.448	47.202.976
		-36,8%		-29,5%		-31,6%		-17,6%

Percentagens de variação excluídos os meses de jan-fev por conta da aplicação do cronograma de autorizações da ANP.

Tabela 4 - ANP

De acordo com a tabela 4, a redução do consumo de Álcool Etílico Hidratado Combustível – AEHC, segundo previsão da Agência Nacional de Petróleo – ANP será de 36,8%. Para a Gasolina tipo C de 29,5% e, para o Diesel, 17,6%.



Frente **PARLAMENTAR**
pela Valorização do Setor
SUCROENERGÉTICO

Destacamos que as metas para o RenovaBio devem ser sensatas para serem exequíveis. Metas devem induzir comportamentos, estimular iniciativas, devem sinalizar decisões e políticas públicas.

Outra afirmação da NOTA TÉCNICA Nº 29/2020/DBIO/SPG que nos causa estranheza refere-se à oferta de Cbios para os anos de 2020/2021. Segundo a nota, não há garantias de que haverá venda de biocombustíveis em quantidade suficiente para atender a demanda por esse crédito. Entretanto, segundo dados da tabela 5, A ANP já aprovou a certificação de 220 produtores de biocombustível, dos quais 200 são produtores de Etanol, 19 de Biodiesel e 01 de Biometano.



	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K
1	 Processos Administrativos de Certificação RenovaBio 										
2	Atualizado em 26/06/2020										
3	Estados	Contratações Comunicadas	Consultas Públicas Em Análise pela ANP	Consultas Públicas Aguardando Cumprimento de Pendências	Consultas Públicas Aprovadas	Consultas Públicas em Andamento	Aguardando Envio do Relatório Final pelas Firms Inspetoras	Relatório Final Aguardando Análise pela ANP	Relatórios Finais Aguardando Cumprimento de Pendências	Certificações Aprovadas	Total de Processos
4	AL	2						2	1	3	8
5	BA	3						1		3	7
6	CE									1	1
7	GO									28	28
8	MA	1								1	2
9	MG									25	25
10	MS									17	17
11	MT	2								6	8
12	PB									5	5
13	PE	2								4	6
14	PI									1	1
15	PR									8	8
16	RJ									1	1
17	RN									1	1
18	RO								1		1
19	RS	1					1			6	8
20	SP	8						3		109	120
21	TO									1	1
22	Total	19	0	0	0	0	1	6	2	220	248
23	Fonte: SBQ - Coordenação RenovaBio										
24	As análises dos Processos de Certificação são realizadas em ordem cronológica dos protocolos de documentação no SEI (Sistema Eletrônico de Informações) conforme situação do processo (Aviso de Consulta Pública e Relatório Final ou Cumprimento de Exigências).										
25											

Tabela 5 – Certificação para a Emissão de Cbio's

Há, em análise, mais 9 solicitações, o que ampliará, nos próximos meses, a busca por certificação e conseqüentemente, por emissão de Cbio's. A grande maioria das unidades produtoras, aquelas com maior capacidade de produção de biocombustíveis, estará certificada no início da próxima semana. Com a safra da região sudeste, aliada ao fato de que os produtores podem usar suas notas de venda (dados da produção) de até 60 dias atrás, concluímos que não haverá uma



Frente **PARLAMENTAR**
pela Valorização do Setor
SUCROENERGÉTICO

redução drástica na oferta de Cbio's no ano de 2020, conforme as estimativas do CNPE.

Para 2021, segundo dados da União da Indústria de Cana-de-Açúcar – ÚNICA, tabela 6, a oferta de Cbios estará próxima de 34 milhões de títulos, portanto acima de 24,9, meta prevista na Consulta Pública em análise.

	Consulta Pública Nº 94	Produtores de etanol
- Consumo físico previsto (bilhões de litros)		
<i>Consumo ciclo Otto (Jan-dez)</i>	50,9	50,9
<i>Consumo anidro (Jan-dez)</i>	10,8	10,2
<i>Consumo hidratado (Jan-dez)</i>	15,4	18,9
<i>Consumo biodiesel (Jan-dez)</i>	7,1	7,1
↳ Litros de biocombustível para emitir 1 CBio		
<i>Etanol anidro</i>		844
<i>Etanol hidratado</i>		845
<i>Etanol média</i>	684	844
<i>Biodiesel</i>	435	1.130
• Proporção certificada (%)		
<i>Etanol anidro</i>		93%
<i>Etanol hidratado</i>		81%
<i>Biodiesel</i>		69%
<i>Média</i>	76%	81%
- CBios gerados (milhões unidades)		
<i>Etanol (Jan-nov/21 + dez/20)</i>	29,3	29,2
<i>Biodiesel (Jan-nov/21 + dez/20)</i>	12,5	4,2
<i>Biogás</i>	0,2	0,2
- Sub-total CBios		
	41,9	33,6
<i>Deságio Incertezas</i>	-41%	0%
Total CBios (milhões)	24,9	33,6

Tabela 06 – oferta de Cbios 2021 – Única,2020



Frente **PARLAMENTAR**
pela Valorização do Setor
SUCROENERGÉTICO

Proposta

Dessa forma, a Frente Parlamentar Mista pela Valorização do Setor Sucroenergético propõe que, tabela 7:

- em 2020, a meta compulsória seja reduzida em 30%, ou seja, no lugar dos 14,4 milhões de Cbios, propostos na Consulta Pública, as distribuidoras de combustíveis sejam obrigadas a adquirirem 20,3 milhões de títulos; e

- em 2021, a meta compulsória seja reduzida em 10%, ou seja, no lugar dos 24,86 milhões de Cbios, propostos na Consulta Pública, as distribuidoras de combustíveis sejam obrigadas a adquirirem 36,9 milhões de títulos.

Metas anuais compulsórias (milhões de Cbios)		
	2020	2021
Resolução CNPE nº 15, de 24 de junho de 2019	28,7	41,0
Consulta Pública Nº 94, de 05 de junho de 2020	14,53	24,86
Frente Parlamentar Mista pela Valorização do Setor Sucroenergético	20,3 (30%)	36,9 (10%)

Estamos acompanhando detalhadamente essa discussão. Pela primeira vez, uma política de âmbito nacional consegue internalizar os impactos positivos do uso de combustíveis renováveis com benefícios diretos para o setor de biocombustíveis, para o meio ambiente e toda sociedade.

A estratégia dos países asiáticos, especialmente a China, e da União Europeia para a retomada da atividade econômica tem foco na sustentabilidade, na formulação de instrumentos econômicos, como as moedas verdes (Cbio's) e



Frente **PARLAMENTAR**
pela Valorização do Setor
SUCROENERGÉTICO

no fomento às fontes renováveis de energia, destacadamente, os biocombustíveis. Defendemos que essa estratégia seja adotada também no Brasil e reforçamos nossa convicção de que podemos estar na vanguarda desse movimento mundial de transição para uma economia apoiada em bases mais sustentáveis.

Atenciosamente,

Deputado **ARNALDO JARDIM**
Presidente da Frente Parlamentar pela Valorização do Setor Sucroenergético